

AS CRÍTICAS DE VICO E HORKHEIMER AO RACIONALISMO CARTESIANO: A NEGAÇÃO DA RAZÃO NATURALISTA EM NOME DA FILOSOFIA HUMANISTA

*Sertório de Amorim e Silva Neto**

RÉSUMÉ

Le article présent, en cherchant réfléchir la proximité conceptuel parmi Vico et Horkheimer en ce qui concerne à ses critiques a la Modernité, presentera la dimension humaniste immanent à ses respectives critiques au rationalisme cartésienne et, ainsi, esquisser les limites en qui, nos croyons, se convergent leurs philosophies. Loin de donner une reponse conclusive a la relation entre Vico et Horkheimer, cette article ambitionne accentuer quelques evidences que lient les deux philosophies sociales et, de cette façon, contribuer pour afirmer la pertinence et l'importance de ces deux Philosophes pour la réflexion sur le monde humain.

Mots-clé: Vico, Horkheimer, Raison et Humanisme.

RESUMO

O presente artigo, buscando refletir a proximidade conceitual entre Vico e Horkheimer no que concerne a suas críticas à Modernidade, apresentará a dimensão humanista inerente às respectivas críticas ao racionalismo cartesiano e, assim, delinear os limites em que, acreditamos, se convergem as suas filosofias. Longe de querer dar uma resposta conclusiva à relação entre Vico e Horkheimer, este artigo

* Mestrando em filosofia na FAFICH/UFMG; o presente artigo foi escrito sob a orientação do Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido.

pretende ressaltar algumas evidências que unem as duas filosofias sociais e, dessa forma, contribuir para afirmar a pertinência e a importância desses dois filósofos para a reflexão do mundo humano.

Palavras-chave: Vico, Horkheimer, Razão e Humanismo.

“A tarefa propriamente revolucionária do intelectual consiste em pôr em dúvida os pressupostos, já aceitos, de uma ciência ou de uma sociedade, em virtude de problemas aparecidos recentemente.”

(GRASSI, 1977:18)

A presença do pensamento viquiano na Teoria Crítica de Horkheimer (1895-1973), principalmente nos anos trinta e quarenta, é um fato inegável¹. Mesmo assim, pouco desta herança tem sido abordada nas pesquisas relativas à Teoria Crítica; algumas passagens esparsas normalmente atribuem pouca importância ao pensamento de Vico (1668-1744) para a formação filosófica de Horkheimer. Este permanece ainda um terreno pouco explorado nas obras de Horkheimer. Martin Jay, um dos mais respeitados historiadores e intérpretes da Escola de Frankfurt, observou muito bem em que termos a relação Vico-Horkheimer poderia ser compreendida. Segundo ele: “[e]m seus escritos posteriores [após sua tese de habilitação: *Origens da Filosofia burguesa da história*] Horkheimer não concedeu demasiada atenção a Vico, mas continuou compartilhando da crítica da ilustração formulada pelo teórico italiano” (Jay:416). Realmente, Horkheimer, além do capítulo de sua tese de habilitação dedicado a Vico, somente em algumas passagens isoladas fez novas referências ao teórico napolitano, porém, como Martin Jay também observou, o legado viquiano se manteve na crítica de Horkheimer à Modernidade.

O presente artigo, na tentativa de contribuir para o estudo deste âmbito ainda tão pouco explorado nas obras de Horkheimer, persegue o objetivo de aclarar as críticas de Vico e Horkheimer ao

¹ JAY, Martin. *La imaginación dialéctica*.

marco fundamental da Modernidade, o racionalismo de Descartes. Acreditamos que, com isso, as particularidades de suas filosofias emergirão e possibilitarão um contato mais direto com a problemática acima aludida. Nós partiremos da óbvia evidência de que se pretendemos compreender as relações entre Vico e Horkheimer no que concerne às suas críticas ao cartesianismo devemos, em primeiro lugar, compreender bem estas críticas e o que elas implicam. É a este fim propedêutico que se direcionam os parágrafos seguintes.

Como bem percebeu Martin Jay, se podemos colocar lado a lado as figuras de Vico e Horkheimer será, principalmente, no que tange às suas posturas críticas frente ao racionalismo cartesiano. Suas críticas dirigiram-se à constatação de que o pensamento nascido com Descartes e, posteriormente, transformado num dos princípios fundamentais da ciência moderna, ao privilegiar sem nenhuma restrição uma racionalidade abstrata e voltada para a dominação da natureza, colocava o pensamento e a especulação filosófica numa via de crescente degradação: a razão se transformou num mero instrumento de dominação da natureza, perdendo sua força esclarecedora e seu poder libertador. Da separação entre pensamento e realidade concreta promovida pelo cartesianismo surgiu uma racionalidade técnica que, desprezando a objetividade em favor de regras lógicas internalizadas, levou aos homens a possibilidade de domínio efetivo sobre a natureza exterior. Podemos então perceber que a nova dimensão do dualismo fez do racionalismo cartesiano o marco principal dos últimos três séculos da história ocidental; nas bases estabelecidas por Descartes, a ciência se emancipou por completo e a humanidade pode desfrutar dos progressos técnicos e industriais. Contudo, Vico e Horkheimer constataram que, ao lado do progresso da ciência e da indústria, a razão lógica e abstrata impunha uma dinâmica cega e irracional no que dizia respeito à condição humana. Em outros termos, se, por um lado, pode-se atribuir ao racionalismo o progresso da técnica e da ciência, por outro lado, recai também sobre ele o abandono das esferas sociais e históricas.

O problema enfrentado por Vico e Horkheimer era justamente a comprovação de que, após o racionalismo cartesiano, o homem e suas criações culturais e sociais viam-se desamparados pelo Saber. O

racionalismo sempre se caracterizou pelo desprezo às produções históricas e sociais: por serem verossímeis, transitórias e representar a expressão última do arbítrio humano, este âmbito foi, como podemos constatar em inúmeras obras de Descartes, destituído de qualquer valor de verdade. Descartes acreditava que todo o conhecimento verdadeiro emergiria do sistema lógico de dedução a partir dos primeiros princípios e era óbvio, para ele, que este modelo não poderia ser aplicado aos estudos humanos. Isaiah Berlin foi muito preciso na sua avaliação do cartesianismo:

“A aplicação *a priori* de um tal esquema dedutivo a qualquer parte de uma narrativa, ou a uma análise crítica de uma obra de arte, ou a um monumento ou trabalho histórico ou legal, ou a um relato do desenvolvimento intelectual ou moral de um indivíduo ou sociedade, não produziria resultados. Descartes viu tudo isso com clareza diáfana e, conseqüentemente, afirmou sem titubear que, enquanto a história, como as viagens, não podiam causar nenhum dano como uma fonte causal de entretenimento, também não era claramente um ramo do conhecimento.” (Berlin:27)

Como podemos constatar, a ciência mecanicista se coroou como o Saber supremo, apoiando-se num método eficiente para a dominação da natureza, mas que não atribui, por seu turno, qualquer valor de verdade aos estudos humanos. Isto fez com que a tese de Descartes, segundo a qual os estudos humanos se prestavam ao entretenimento, mas não a um fim sério e científico, se perpetuasse até bem pouco tempo. O sonho positivista, que parecia lançar os estudos humanos a um patamar científico, representou muito mais a tentativa de adequação destes estudos às premissas naturalistas do que o verdadeiro reconhecimento de um âmbito particular de análise. As ciências humanas, ainda hoje, lutam pela sua legitimação diante de uma racionalidade naturalista que se tornou totalitária. A soberania da ciência natural frente a outras formas de Saber, acaba por atingir, também, a consciência comum; ela sai dos extratos científicos para ser assimilada como o consensual.

O que devemos apreender no movimento de consolidação da ciência é a sua eterna repulsa pelas dimensões sociais e históricas. A ciência, desde seu impulso inicial com Descartes, sempre vislumbrou o homem na perspectiva única do pensamento, como uma mônoda fechada, e não na perspectiva do ser social que se produz e se realiza na medida em que produz a sua realidade histórica. Vico e Horkheimer, em que pese as peculiaridades de suas críticas, colocaram-se contrários a esta postura limitadora exercida pelo racionalismo e voltaram as suas críticas na direção de um resgate do homem e do mundo histórico, ou seja, eles formularam, cada um em seu tempo, filosofias de caráter humanista que procuravam romper com o dogmatismo de uma racionalidade naturalista em nome de um pensamento compreensivo e esclarecedor dos domínios humanos.

Vico e Horkheimer enfrentaram a tarefa de formular um pensamento humanista diante de uma realidade que, inquestionavelmente, tendia a depreciar e afastar qualquer possibilidade desta realização; o racionalismo com as exigências de clareza e exatidão reduziu a realidade objetiva ao pensamento lógico e colocou num plano inferior as produções sociais e históricas. Nestes termos, como observamos em ambos os autores, a crítica ao racionalismo não é um mero apêndice, mas o fundamento de suas filosofias. Esta constatação será o objeto principal de nosso estudo; almejamos com nossa reflexão enfocar a dimensão humanista das filosofias de Vico e Horkheimer e de suas críticas aos racionalismo.

Vico fundamentou todo seu pensamento numa mudança do objeto da investigação filosófica. Na *Scienza Nuova* (1744), Vico afirma que a filosofia havia, até então, contemplado o mundo somente segundo a ordem das coisas naturais, fornecendo, por conseguinte, um quadro parcial e unilateral da realidade; faltava à filosofia a reflexão sobre o mundo humano, o qual causava horror aos filósofos cartesianos (Vico,1992:7). Na época de Vico, a ciência natural, com a ajuda diligente da metafísica, já alcançava um progresso indescritível, porém, os estudos históricos e sociais viam-se completamente excluídos e desamparados pela filosofia. No período das grandes novidades, Vico se lançou à tarefa de voltar a especulação metafísica rumo ao "mundo das nações" e formular um Saber coerente e conciso acerca das produções do arbítrio humano. Na explicação da gravura utilizada

para introduzir sua obra, lê-se:

“A mulher de têmperas aladas, que encima o globo mundano, ou seja, o mundo da natureza, é a metafísica, como o indica o próprio nome. O triângulo luminoso com um olho vidente em seu interior é Deus sob o aspecto de sua providência, por cujo aspecto a metafísica, em ato de êxtase, contempla-o sobre a ordem das coisas naturais, pelo qual até agora o contemplaram os filósosofos; motivo pelo qual [a metafísica], nesta obra, erguendo-se mais acima, contempla em Deus o mundo das mentes humanas, que é o mundo metafísico, para demonstrar a providência no mundo das mentes humanas, que é o mundo civil, ou seja, o mundo das nações.” (Vico,1992:3)

Vico passa da metafísica da natureza para a metafísica da história, ou seja, passa de uma filosofia essencialmente naturalista para uma investigaço filósófica do homem. Com esta mudança dos propósitos filósóficos, Vico definiu a tradiço humanista em todo o seu alcance e, assim, se opôs ao cartesianismo que tendia a enterrar no esquecimento a dimenso humanista da filosofia. Em suas obras, Vico construiu todo um pertinente sistema filósófico acerca do mundo humano, elevando este objeto tão desdenhado pelos seus contemporâneos ao nível científico. No livro *Dell' Antichissima Sapienza Italica* (1711), considerado seu livro metafísico², Vico partiu do princípio de que a verdade e o fato se eqüivalem; ele partiu da evidência, muito semelhante àquela adotada, tempos depois, por Kant, de que a verdade de alguma coisa reside no fato do conhecedor tê-la feito (Vico,1953:248). Portanto, para Vico, estar da posse da verdade significa possuir os mecanismos, tanto internos quanto externos de sua causalidade, isto é, ser capaz de reconstruí-la em sua totalidade, ser o seu artífice. Nas entrelinhas deste enunciado, Vico afirmava que, enquanto obra da mente divina, o mundo natural só poderia ser conhecido verdadeiramente por Deus e, por outro lado, o mundo

² Tratou-se de um projeto ambicioso que consistia em três livros, o primeiro e único a ser publicado foi o livro metafísico, os outros deveriam ser o livro Físico e o livro moral.

humano, a história, a cultura e a sociedade, enquanto construções da mente humana, poderiam ser conhecidos verdadeiramente pelos seus criadores, os homens. A partir desta idéia³, Vico insistiu na pertinência dos estudos humanos frente ao naturalismo e resgatou o valor de verdade das produções do arbítrio humano.

Para Vico, a verdade se determina *per causas*, isto é, como o reconhecimento interior das causas daquilo que nós mesmos produzimos. Pelo mesmo princípio não produzimos o mundo natural, por que não possuímos interiormente as suas causas; deste modo, diante da natureza, o homem se limita ao **registro do ocorrido** ou se restringe a uma descrição anatômica do mundo natural. Já o mundo humano, ao contrário do natural, é fruto direto das vontades e ações humanas e possui seus mecanismos de causalidade dentro do próprio homem. Nestes termos, o homem o conhece desde dentro, **dispondo seus motivos e intenções**. De acordo com I. Berlin, além do conhecimento do mundo natural que nos informa sobre “o que existe ou ocorre, e em que ordem espacial ou temporal tem lugar”, Vico aludiu à existência de um outro conhecimento que nos informa “porque é, ou ocorre, ou é como é”, e prossegue o mesmo autor:

“Essa espécie de conhecimento é o autoconhecimento, o conhecimento das atividades das quais nós mesmos, os conhecedores, somos os autores dotados de motivos, propósitos e vida social contínua, que compreendemos, por assim dizer, do interior. Neste caso, e somente nele, é quando nós não somos observadores passivos olhando desde fora, como quando contemplamos o mundo exterior, onde tudo o que podemos ver são acontecimentos, ou as ‘superfícies’ das coisas sobre cujas finalidades ou vidas internas (...) podemos apenas especular às cegas.” (Berlin:35)

³ Este princípio, de acordo com Horkheimer, “pode ser seguido desde Bacon, Hobbes, Descartes, passando por Leibniz, até Kant e Fichte como princípio filosófico”, porém, Vico atribuiu a ele um caráter inovador, acentuando a verdade não das construções fictícias da razão matemática, mas sim das realidades históricas (Horkheimer,1984:93).

Pautado pela concepção do humanismo renascentista, Vico vislumbrou o homem como um ser autônomo, como criador e modelador do próprio homem e de seu mundo e, com isso, negou aquele aspecto da filosofia de sua época que negligenciava o conhecimento do mundo social, criação que conhecemos desde dentro, em nome do mundo natural, que só conhecemos exteriormente. A partir de seu princípio de que a verdade e o feito se equívalem, Vico demonstrou a inconsciência de Descartes frente a seu próprio pensamento. Ao atribuir um sentido divino aos alcances da razão matemática, ele ignorou as entrelinhas de sua própria teoria, pois a matemática, enquanto criação humana, sempre nos aparecerá como algo claro e distinto, contudo, mesmo que se apresente um instrumental seguro para a dominação da natureza, não há nenhum elo de ligação entre a verdade matemática, criação humana, e a verdade da natureza, obra da mente divina. Desta maneira, Descartes acreditou erroneamente que a matemática fosse o fundamento último da natureza. A matemática, ao contrário, insistiu Vico, seria tão somente a tentativa de levar a uma dimensão obscura aos olhos humanos, a clareza das suas próprias criações.

Podemos adentrar mais profundamente naquilo que nós mesmos criamos, insistiu Vico. A história e a sociedade, tão desdenhadas pelos pensadores do universo natural, podem ser conhecidas de forma mais verdadeira e segura que o mundo natural. Podemos chegar à verdade das realidades históricas e fazer deste âmbito o objeto da investigação filosófica e científica.

Vico, nas entrelinhas de sua filosofia, deixa aflorar uma separação entre ciência da natureza e ciência das produções humanas; a primeira, limitada a um propósito explicativo e a segunda, a um propósito compreensivo. Acreditando poder dar uma contribuição mais relevante aos estudos históricos e sociais, ele deixou de lado as análises acerca do mundo natural e procurou consolidar as bases de uma Nova Ciência. Após o estabelecimento na *Antichissima* dos princípios de seu pensamento, Vico voltou-se, nas décadas seguintes, à construção de sua ciência humana ou social, cuja expressão maior foi a *Scienza Nuova*. Nesta obra, cuja versão definitiva foi publicada no ano de sua morte (1744), Vico formulou o método filosófico para a

apreensão do homem na sua realidade, enquanto o ser social e histórico que é.

A filosofia moderna, ignorando a historicidade e sociabilidade humanas, quando muito, considerou o homem somente de um ponto de vista ideal, muito abstrato e pouco realista. Segundo as palavras de Vico, “a filosofia considera o homem tal como deve ser, e assim não poderá aproveitar senão pouquíssimos, que desejam viver na república de Platão, evitando o refocilar-se nas fezes de Rômulo” (Vico,1992:79). Esta passagem destaca a intenção viquiana de um resgate do homem real, daquele homem que impossibilitou o sonho platônico de uma república perfeita. Para o correto entendimento dos acontecimentos históricos, para a compreensão acertada dos problemas que uma sociedade vive, o homem, produtor da sociedade e da história, deve ser apreendido em sua realidade, em sua natureza mais particular, pois, como diz Vico, “as coisas fora de seu estado natural nem se assentam nem duram” (Vico,1992:80).

O homem não pode ser encarado como uma entidade cartesiana, pelo contrário, ele precisa ser pensado enquanto um ser que se constrói na medida de sua realidade histórica, reelaborando seus valores, suas normas de conduta, em outras palavras, sua própria realidade. Nestes termos, conhecer o homem acaba por implicar no conhecimento de suas próprias produções sociais e históricas. Para um tal propósito a razão dos modernos era insuficiente, então, era oportuno para Vico desenvolver uma outra forma de razão, uma razão objetiva capaz de captar o homem em sua concretude, nos meandros de seu agir social e histórico. Segundo Vico, somente a partir do desenvolvimento de uma tal razão, em oposição à *ratio* formal do cartesianismo, poderia surgir uma verdadeira ciência do homem.

Na procura por uma sustentação científica e metódica para as produções humanas, Vico segue seu raciocínio nos seguintes termos: a história e a sociedade não se prestam ao modelo de razão que tem como referencial a abstração matemática; elas possuem uma concretude, se fazem pela reunião de fatos realmente ocorridos, por isso, não podem ser reduzidas ao raciocínio abstrato e *a priori*. História e sociedade devem se constituir como o conhecimento dos fatos ocorridos, se fazendo, portanto, posteriormente à ocorrência deles. A

dedução não se configura, portanto, no método mais indicado ao estudo dos feitos sociais, pois, ao se adotar princípios e regras gerais abstraídos de forma *a priori*, acaba-se por desconsiderar a objetividade dos casos particulares e a natureza humana neles envolvida. Desta forma, a razão nos termos racionalistas, ao invés de propiciar um instrumental para o estudo do homem, acabava por invalidar qualquer pretensão de um tal gênero de estudo.

Inovando diante dos estreitos limites do racionalismo cartesiano, Vico defendeu que para o estudo da história devemos incidir nosso foco de análise sobre os casos particulares, sobre o homem real e concreto, buscando suas intenções mais profundas e uma possível conformidade entre as idéias que nelas estão envolvidas. A constatação desta uniformidade de idéias entre as várias histórias particulares projeta este estudo num patamar mais elevado: a formulação dos princípios universais que regem o curso histórico, isto é, ao estabelecimento da racionalidade imanente ao agir social e histórico do homem.

Esta interação entre as histórias particulares e as regras gerais extraídas destas histórias é o que Vico chama de “nova arte crítica”. Um novo método específico para o estudo do universo social, uma interação entre as provas filológicas e a razão dos filósofos, isto é, entre a indução do fato particular, fornecida pelos estudos filológicos e a formulação de princípios gerais, pela autoridade dos filósofos. Estes princípios filosófico-filológicos, eram os apoios seguros para o estudo sistemático da história e dos homens, enquanto seus produtores; a este respeito é oportuna a referência ao texto de Vico:

“Além disso, acena-se que, nesta obra, com uma nova arte crítica, até agora inexistente, inicia-se a procura da verdade sobre os autores das nações (nas quais devem decorrer mais de mil anos para poderem chegar os escritores com os quais a crítica até agora se ocupou), motivo pelo qual a filosofia se põe a examinar a filologia (ou seja, a doutrina de todas as coisas que dependem do humano arbítrio, como são todas as histórias das línguas, dos costumes e dos fatos da paz, da guerra e dos povos), a qual, por sua deplorada obscuridade de

razões e quase infinita variedade dos efeitos, sentiu [a filosofia] como que um horror em meditá-la; e só a reduz em forma de ciência, ao descobrir nela os delineamentos de uma história ideal eterna, na qual percorrem no tempo a história de todas as nações: de modo que, por este outro principal aspecto, vem esta ciência a ser uma filosofia da autoridade [uma filosofia dos criadores das nações].” (Vico,1992:7)

Para Vico, a filosofia possibilita a constatação das linhas de uma história ideal eterna⁴, clareando, a partir do estudo dos feitos objetivos dos homens, uma racionalidade peculiar a eles. Com esta metafísica da história, Vico visou desvelar o verdadeiro que se encontra por detrás do certo da “autoridade do arbítrio humano”, para compreender a verdade que se desdobra ao fundo do verossímil agir humano.

O arbítrio humano, segundo Vico, “certifica-se e determina-se pelo senso comum dos homens e acerca das humanas necessidades ou utilidades” (Vico,1992:81). O senso comum é a faculdade humana responsável pelo agir histórico, é o substrato em que ele se apoia, pois a história nada mais é que a busca pela realização das necessidades sentidas pelos homens. Diante destas imposições o homem se modifica e se determina, alcançando, assim, a realização de sua natureza: racional e sociável. Por isso, conhecer a verdadeira natureza humana pressupõe a análise do senso comum no interior do fluxo histórico. Vico não aceitou o *cogito* cartesiano como a descoberta da essência humana. O simples fato de que penso não pode ser a essência última de minha existência. Para ele, a essência humana se desdobra na história, se desdobra na interação temporal entre o homem e o mundo. É no interior do movimento histórico que o ser humano atinge sua natureza plena.

⁴ Inúmeros interpretes da filosofia viquiana veem nesta passagem uma espécie de postura idealista, porém, uma leitura mais detida e coerentemente contextualizada desmente tal interpretação. Quando Vico fala de uma “História ideal eterna”, devemos compreender sim a apreensão da racionalidade inerente ao agir histórico e seus vários estágios. Como vimos acima, ele atinge tal racionalidade pela apreensão do particular pala filologia, e não por uma compreensão idealista.

O senso comum, que confere ao arbítrio humano a sua participação no progresso do espírito, ou seja, o senso comum, enquanto manifestação da interação entre o homem e o mundo, foi o critério legado por Vico para a compreensão da natureza humana. A nossa perspectiva de análise é de que esta postura de Vico foi a de um racionalista, depositando neste senso comum uma racionalidade peculiar, podendo, portanto, ser pensado racionalmente. Compreendemos que, mesmo Vico tendo se afastado do modelo racionalista cartesiano, ele adotou uma postura racionalista ao procurar no agir histórico uma racionalidade imanente.

Ele encontra esta racionalidade partindo da convicção de que “o senso comum é um juízo despido de qualquer reflexão”, mas “comumente sentido por toda uma ordem, por todo um povo, por toda uma nação ou por todo gênero humano” (Vico,1992:81). Esta convicção o lançou à construção do princípio de que “idéias uniformes originadas junto à totalidade dos povos, não conhecidos entre si, devem ter um motivo comum de verdade” (Vico,1992:81), ou seja, que esta uniformidade de idéias, existente entre povos desconhecidos, é a prova de uma racionalidade inerente ao agir histórico.

Este enunciado viquiano se apoiou na certeza de que os povos antigos, durante a fase do isolamento, atingiram as mesmas condições originárias da vida em sociedade. As utilidades da vida em sociedade em várias nações não foram comunicadas, mas nasceram naturalmente em cada cultura particular. Esta uniformidade não pode ser fruto do acaso, muito menos do destino traçado aos homens, mas sim de uma razão histórica que, por mais que os homens ajam contrários aos interesses da vida em sociedade, os impele para a realização desta. É esta razão da história a chave para o conhecimento da verdade do ser histórico e social; é ela também o critério mais alto para uma ciência das manifestações sociais do arbítrio humano⁵.

Como pudemos perceber nas passagens anteriores, Vico assumiu um caminho diferente do racionalismo cartesiano, insistindo não só na pertinência de uma filosofia voltada ao estudo do mundo humano, mas, também, quanto ao conteúdo de verdade do senso

⁵ Este é um dos aspectos da “história ideal eterna” aludida na nota anterior.

comum. Ele acreditava que a humanidade necessitava não só de um conhecimento restrito à subjugação dos domínios naturais, mas, também, de um conhecimento pautado pelo esclarecimento das dimensões sociais e históricas. Em meio a um ambiente que se espelhava nas premissas naturalistas do cartesianismo, Vico insistiu na importância de uma ciência do homem que, ao invés de se perder nas ilusões abstratas de uma racionalidade formal, procurava apreender objetivamente a racionalidade envolvida nas produções sociais e históricas. Ele percebeu que era impossível desvincular o homem de seu agir social, e que sua racionalidade não era somente matemática e subjetiva, mas, também, histórica e objetiva.

Pesa ainda sobre a filosofia de Vico o fato de ter evidenciado o princípio, que foi retomado posteriormente pelas ciências do espírito e, principalmente, pela Teoria Crítica de Horkheimer, de que as produções humanas, como a sociedade, por exemplo, nós as compreendemos desde dentro. Vico legou o princípio de que aquilo que o homem produz pode ser, por ele próprio, conhecido verdadeiramente. Com isso, ele deu aos estudos humanos a confiança de que não só o mito e as produções sociais antigas, mas ainda as causas do caos social contemporâneo, podem ser compreendidos pelos seus criadores, isto é, os homens. Com a filosofia de Vico, os estudos históricos e sociais adquiriram novo *status*; ele fez desta dimensão humana, tão desdenhada pelos seus contemporâneos, objeto da investigação científica e do conhecimento racional.

Seguindo um caminho muito próximo àquele adotado por Vico, Max Horkheimer formulou, também, uma filosofia de negação dos pressupostos naturalistas da razão em nome de um pensamento humanista e de resgate do homem real. O período em que Horkheimer escreveu suas obras teve como sua maior característica o enaltecimento de uma racionalidade instrumentalizada que, restrita às utilidades de dominação da natureza, se apresentava útil à ciência e à indústria, levando-as a um progresso crescente. Entretanto, a difusão irrestrita desta forma instrumental de razão e sua adesão aos extratos mais fundamentais da vida cultural afastavam os homens da reflexão crítica sobre sua própria realidade e sobre as circunstâncias de sua existência social e intelectual. De uma maneira mais radical, o

ajustamento da vida espiritual à racionalidade instrumental fomentava uma humanidade alienada que, se por um lado, fazia-se incapaz de compreender criticamente sua própria realidade, por outro lado, afastava-se ainda da realização de uma práxis transformadora. Analisemos, pois, esta forma de razão para, em seguida, compreendermos melhor a postura de Horkheimer diante dela.

Esta racionalidade instrumental, também chamada por Horkheimer de razão subjetiva, tem seu ponto de origem no celebre dualismo entre realidade espiritual e realidade corpórea, estabelecido por Descartes. Como podemos constatar, desde então, a lógica que acompanhou o progresso do pensamento foi a de um crescente afastamento da realidade objetiva e corpórea e, por seu turno, o desenvolvimento, cada vez maior, de uma razão individualista, fechada e abstrata. Com o advento da razão subjetiva, esta lógica atingiu sua forma mais radical. Com ela, a realidade objetiva tornou-se mera matéria, tão somente substrato para dominação e o pensamento, com o aperfeiçoamento de uma lógica própria, fechou-se no âmbito formal; sujeito e objeto viram-se, mais do que nunca, completamente afastados. Se podíamos outrora, como nas filosofias de Platão e Hegel, conceber o racional como a expressão última e mais fundamental da realidade objetiva, no nosso século, marcado pelo totalitarismo de uma racionalidade técnica e utilitarista, a realidade objetiva perde sua natureza racional e se transforma no substrato para a realização das utilidades individuais. Em outras palavras, a realidade deixa de ser o ponto determinante do racional para se curvar diante do sujeito que, com a formalização e instrumentalização do pensamento, se tornou o porta-voz da razão.

Portanto, se esta racionalidade foi o marco maior da radicalização de uma razão formalizada, de igual forma, ela foi, também, a expressão mais clara do individualismo moderno: ao se afastar de qualquer conteúdo objetivo e se fechar no âmbito de uma lógica própria, o pensamento, ou a razão, converteu-se num bem restrito ao sujeito; a razão não mais se preocupa com a questão de um em-si, de algo objetivamente racional, mas unicamente com o racional para o sujeito que pensa, por isso, este conceito de razão pode ser chamado, também, de subjetivo (Horkheimer,1986:202). Ao

se enclausurar no indivíduo e desconsiderar qualquer alteridade, esta razão se limitou a conceber e realizar as utilidades individuais, ou seja, ela se constituiu num mero meio, num mero instrumento para a realização das utilidades subjetivas. Nas primeiras linhas de seu livro *Eclipse da Razão* (1947), voltado justamente para a análise desta forma de racionalidade⁶, Horkheimer diz que, no século XX, ao se questionar sobre o significado do termo razão, um homem comum diria que: “as coisas racionais são as que se mostram obviamente úteis, e que se presume que todo homem racional é capaz de decidir o que é útil para ele” (Horkheimer,1976:11). Esta resposta põe em evidência o tipo de relação que o homem contemporâneo estabelece com a sua razão, sendo vislumbrada somente como instrumento da utilidade pessoal, tão somente como o meio para os indivíduos atingirem determinados fins.

O interessante da estrutura própria à razão subjetiva é que sendo ela o instrumento da utilidade individual, uma vez que se fecha no âmbito formal e se determina pelos procedimentos lógicos, também, o reconhecimento do útil emergirá de um procedimento lógico, formal e abstrato. Em outras palavras, o reconhecimento racional do útil não emergirá de considerações objetivas e nem mesmo de uma compreensão ampla daquilo que é realmente útil ao gênero humano, muito pelo contrário, esta razão enclausurada no indivíduo determina o útil a partir de sua lógica interna, isto é, partindo das leis lógicas que regem o próprio pensamento. Para Horkheimer, era claro que, do fato de a razão instrumental ignorar o conteúdo de verdade da objetividade em nome de uma verdade subjetiva e utilitarista e, desta maneira, elevar o sujeito como o fundamento último da verdade, nada mais natural poderia daí surgir senão a limitação da razão às estreitas fronteiras de uma lógica formal:

“A razão passa a ser a função formal do mecanismo do pensar,

⁶ Depois de seu exílio nos EUA, em seu retorno a Alemanha, Horkheimer publicou uma nova versão do *Eclipse da Razão* que, sem nenhuma mudança substancial, apareceu com o título *Crítica da Razão Instrumental*, o que ao nosso ver representa claramente um dos propósitos de Horkheimer com este livro: à maneira de Kant, produzir uma crítica da razão instrumental.

e as regras de acordo com as quais trabalha serão as leis da lógica formal e discursiva – o princípio de identidade, o da contradição, o do terceiro excluído, o silogismo – que, como forma, a modo de esqueleto do pensamento, se mantêm firme frente ao influxo da cambiante experiência.” (HORKHEIMER, 1986:201)

O que chamou a atenção de Horkheimer foram as drásticas conseqüências imbricadas neste tipo de relacionamento que o homem do século XX estabelecia com a sua razão. Ele percebeu que, mesmo que a racionalidade utilitarista e formalizada tenha propiciado os progressos científico e industrial, ela produziu também um intelecto embotado e preso às necessidades imediatas de autoconservação; ele notou que no interior da vida espiritual e nos extratos mais essenciais da cultura o imediatamente útil tomou o lugar da compreensão. Assim, se com esta racionalidade, mais do que em qualquer época, a natureza se entregou completamente à dominação humana, por outro lado, o homem nunca se viu tão alienado e distante de compreender ou mesmo questionar sua própria inserção no mundo.

Para Horkheimer, a forma como o homem se relaciona com o seu mundo – com a sua sociedade, com a natureza em seu redor e com a sua própria razão – é o alicerce determinante de sua natureza. Portanto, conhecer o homem implica no conhecimento da forma com que este se insere e se relaciona com o mundo. Talvez pela leitura sempre dedicada das filosofias de Marx e de Vico, para Horkheimer, este ponto era claro; nestes dois autores ele não só absorveu a tarefa de compreender o homem real, mas, também, a evidência de que este homem é fruto das relações que ele próprio estabelece com sua realidade histórica, pela forma como produz sua própria vida social e intelectual. Para Horkheimer, a necessidade de conhecer o homem real e a forma como ele produz seu mundo, para assim adquirir uma compreensão abrangente da situação caótica da sociedade contemporânea, era completamente ignorada pela razão subjetiva; presa à sua função instrumental, esta razão não só se afastou da realidade objetiva e, por conseguinte, das realidades histórica e social, como também insistia na impossibilidade de uma tal espécie de

conhecimento. Por conseguinte, um pensamento compreensivo acerca do mundo humano não poderia emergir de um tipo de razão instrumentalizada e preocupada com o estabelecimento de um comportamento normativo e formalizado diante do mundo, ou seja, ele não poderia surgir de uma racionalidade dos meios que tem como sua maior característica a subjetividade abstrata e formalizada; muito pelo contrário, este pensamento deveria, pelo menos num primeiro momento, abster-se da imediaticidade das utilidades subjetivas e, se alçando mais alto, buscar compreender a verdade, objetivamente fundada, que se desvela por detrás do agir humano.

De acordo com Horkheimer, a razão não deve ser pensada somente em termos de dominação da natureza e enquanto "função formal do mecanismo de pensar" (Horkheimer,1966:201), à razão cabe também a descoberta da verdade das produções humanas que são edificadas objetivamente. Entretanto, o quadro pintado pela racionalidade técnica, que, como bem observou Horkheimer, vinha transformando até mesmo a filosofia num bem de consumo, tendia a impossibilitar tal projeto. Isto porque, se ela realizava o mundo humano, isto é, se ela era o instrumento para a objetivação do mundo, por outro lado, ao se identificar a um procedimento abstrato e formal, fazia-se insuficiente para o reconhecimento desta própria atitude de objetivação e dos fins a ela imanentes. Por conseguinte, esta razão via-se muito bem capacitada para a consecução dos meios, porém, ela era cega diante dos fins perseguidos, para Horkheimer:

"Desde o tempo em que a razão se tornou o instrumento para a dominação da natureza humana e extra-humana pelo homem, ela tem se frustrado em sua intenção de descobrir a verdade. Isso se deve ao próprio fato de que a razão transformou a natureza em um mero objeto, e não pôde assim descobrir sua própria marca em tal objetivação, nos conceitos de matéria e de coisas, tanto quanto nos conceitos de deuses e espíritos." (Horkheimer,1976:187)

Logo, os motivos desta limitação da razão subjetiva frente a uma compreensão mais ampla do mundo humano e de sua verdade

devem-se, principalmente, ao fato de ela se estruturar em oposição à realidade objetiva. Os homens, segundo Horkheimer, constroem objetivamente sua realidade; com os seus desejos e ações o homem concretiza seu universo, por conseguinte, o conhecimento destas criações deve se pautar não por uma razão subjetiva e formal, mas por uma racionalidade que capte o real em sua objetividade e evidencie sua verdade. Sem esta razão que propicie a apreensão da objetividade, os homens, afetados pelos impulsos “afirmativos” da razão subjetiva, tornam-se incapazes de apreender seu próprio ato de objetivar o mundo, perdendo de vista sua natureza de agente social e histórico.

As conseqüências desta racionalidade frente ao mundo dominado pelo capitalismo monopolista são as mais desoladoras: o homem se submete aos domínios do poder reinante e aceita irrefletidamente como suas finalidades a reprodução de um regime de desigualdade e exploração, mesmo porque este permanece intocado pela razão. O cerne do problema está no fato de que os homens desconhecem a própria forma como eles organizam e realizam sua realidade social e histórica e se tornam cegos diante dos fins aos quais dirigem suas ações. Devemos perceber que a razão subjetiva, ao expor racionalmente os meios mas se negar a compreender racionalmente os fins perseguidos, reproduziu uma postura claramente afirmativa das condições existentes. Desta forma, nas circunstâncias da sociedade atual, não cabe mais questionar a racionalidade do sistema de normas em que se insere a ação, mas tão somente agir de acordo com as normas. Tudo se passa como se fosse o destino ou o acaso os responsáveis pela realidade coercitiva, quando na realidade os verdadeiros responsáveis são os próprios homens.

Seguindo o legado viquiano de que os homens podem conhecer verdadeiramente as suas próprias realizações, Horkheimer insistiu que a maneira pela qual os homens organizam e constroem seu mundo pode ser conhecido verdadeiramente pelos seus autores, era necessário somente desenvolver uma racionalidade que, em oposição à uma racionalidade unicamente dos meios, possibilitasse tal compreensão. Este foi o fim perseguido pela Teoria Crítica de Horkheimer; alimentando-se da crítica da razão instrumental esta

teoria procurou evidenciar a estrutura mais ampla da sociedade. Ao partir do princípio de que conhecemos aquilo que criamos, Horkheimer afirmou a possibilidade de adentrarmos profundamente nas causas da miséria e da alienação humanas, afirmou a possibilidade de compreendermos como o homem, nos últimos séculos de sua história, gerou uma condição social antagônica e de degradação dos domínios sociais.

Para Horkheimer, era claro que este tipo de conhecimento só poderia surgir a partir do desenvolvimento de uma racionalidade objetiva. Ele acreditava que esta razão precisaria sair do âmbito subjetivo e atingir de forma crítica e questionadora a realidade concreta. Para esta razão objetiva, o racional é o real concreto no seu fluxo eternamente mutável e, assim, não só a consecução dos meios, mas, também, a própria realização da ação na realidade concreta será objeto do pensamento. Com isso, os homens terão a seu dispor o conhecimento racional de seus feitos e, desta forma, poderão deliberar conscientemente os meandros de suas ações. Ao fundo desta convicção, Horkheimer depositava a sua certeza de que os homens, uma vez cômicos das conseqüências desastrosas de suas ações, poderiam reformulá-las e evitar as penúrias por que passa a sociedade atual, desta forma,

“Conhecer a causa da miséria das massas, que consiste na penúria atual e, ainda mais, na perspectiva de um declínio doloroso das guerras ligadas a este sistema, seria capaz de mudar a humanidade não só na sua conscientização, mas também em todo o seu ser psíquico.” (Horkheimer,1990:128)

Com o surgimento de uma tal racionalidade, a filosofia deixaria de ser somente mais um dos instrumentos da produção capitalista para ser o ponto de apoio para uma crítica das condições reais da sociedade. Ao possibilitar o conhecimento da realidade objetiva, onde se desvela o agir humano, e evidenciar as causas e intenções do ocorrido, a filosofia possibilitará também a consciência dos homens na construção de sua realidade, propiciando, quem sabe, uma sociedade mais condizente aos anseios de toda a humanidade.

Baseando-se na consciência do papel transformador e objetivador da realidade e se pautando pelo todo objetivo e não mais pelos desejos egoístas e utilidades individualistas, a razão subjetiva poderia se mostrar útil não só para a dominação da natureza, mas, baseando-se num fim universalmente requerido por toda a humanidade, também, para a consecução dos meios para a realização de uma sociedade mais justa para todos os homens.

Portanto, no ato mesmo de evidenciar a forma como os homens constróem seu mundo, a filosofia também se faz crítica, pois aclara as contradições e os antagonismos inerentes a ele. Com isso, a Filosofia propicia a percepção crítica da realidade social e histórica e forja a consciência por intermédio dos agentes históricos, retomando, por seu turno, sua força esclarecedora e seu poder transformador. O papel da filosofia, afirmou Horkheimer, é a realização da conciliação entre razão objetiva e subjetiva, isto é, entre as finalidades racionais da ação e os meios de realizá-la e, desta forma, construir uma humanidade consciente de seu agir histórico. Ao esclarecer e assim restituir ao homem seu papel de agente histórico, a filosofia, como aludiu Horkheimer em seu ensaio *A filosofia como crítica da cultura* (1962), se faz a “vanguarda do mundo”. Quando a razão sair do sujeito, lançar-se sobre a realidade concreta e atingir uma definição das finalidades objetivas da sociedade, ela poderá voltar para o sujeito e se harmonizar com a utilidade individual e, assim, formular um saber não só esclarecedor, mas, também, libertador dos domínios sociais submetidos pela opressão e pela violência. Com esta consciência, os homens poderiam resolver os antagonismos reproduzidos em sua sociedade e evitar continuamente os erros que perseguem nossa sociedade há tantos séculos.

Foram nestes termos que Vico e Horkheimer, cada um em seu tempo, negaram o falso conteúdo naturalista que obscurecia a razão. Suas diretivas contrárias ao racionalismo cartesiano representam a recusa de um pensamento dogmático e a aceitação das tarefas históricas com as quais se defrontaram. Para Vico, seguindo o impulso de consolidação da ciência, tão marcante em sua época, negar o cartesianismo significava a abertura de um novo âmbito para o conhecimento científico; o conhecimento do mundo natural já estava

coerentemente alicerçado com as premissas de Descartes, mas faltava ainda um alicerce seguro para apoiar a investigação das produções do arbítrio humano. Este foi o objetivo perseguido por Vico ao longo de sua existência, encontrando um ponto de apoio não só mais seguro que aquele encontrado por Descartes em relação ao mundo natural, com também mais verdadeiro. Já Horkheimer negou o racionalismo em prol de uma humanidade esclarecida e ativa na transformação de sua realidade. O tempo em que ele viveu era marcado por uma racionalidade técnica que afastava os homens de sua realidade, alienando-os. De acordo com sua filosofia, uma ciência crítica sobre o mundo humano desempenharia um papel social essencial: fazer os homens conscientes de sua práxis histórica e revolucionária. Para ele, conhecer a realidade poderia ser o princípio fundamental para mudá-la.

O espaço temporal que separa as obras de Vico das de Horkheimer é, sem dúvida, algo que não pode ser ignorado. Os contextos históricos também eram bastante diversos, porém, o tema de que tratam se mostrava uma constante desde o surgimento da filosofia cartesiana: **o mundo humano estava abandonado pelo saber**. Talvez a marca que mais tende a afastar Vico e Horkheimer é justamente o grau com que experimentaram as conseqüências do abandono do humanismo. Horkheimer, estava envolto em uma realidade altamente antagônica, onde o conhecimento se perdia na reprodução dos poderes soberanos, alienando os homens e atando suas mãos, por conseguinte, Horkheimer acreditava que o conhecimento desta realidade antagônica poderia libertar o homem de suas amarras. Vico, na sua época, não tinha ainda ao seu dispor tão drásticas conseqüências, por isso, via no mundo humano tão somente uma oportunidade para o conhecimento científico e, para quem sabe, participar na realização de uma sociedade mais racional.

Podemos dizer que Vico, ao estabelecer os princípios de sua Ciência Nova, queria dar sua contribuição ao projeto iluminista de emancipação do homem. Ao lado da razão autônoma e liberta dos traços supersticiosos e pseudo-eruditos, Vico insistia, também, na importância de um conhecimento esclarecedor acerca do mundo

humano, só assim, ele acreditava, a humanidade atingiria sua verdadeira emancipação. Era substancialmente importante para a emancipação humana, não só conhecer e dominar a natureza, mas também adquirir seu autoconhecimento e adotar a consciência de seu próprio agir histórico e social. Assim, para Vico, o totalitarismo de uma razão que desvalorizava o conteúdo de verdade do mundo humano poderia vir a inviabilizar este movimento emancipatório.

A constatação mais importante da filosofia de Horkheimer era, justamente, a de que este projeto de emancipação, com a difusão irrestrita de uma racionalidade voltada para a dominação da natureza, não aconteceu e, em seu lugar, estabeleceu um regime de subjugação e alienação humanas. Assim, se para Vico o conhecimento das esferas sociais e históricas preveniria qualquer desvio do mundo humano em relação a sua emancipação, para Horkheimer só este conhecimento poderia subtrair o homem da degradação que a razão naturalista o havia colocado. Se Vico procurava prevenir sua época acerca das possibilidades de uma recaída na barbárie, Horkheimer, depois de um século de inconsciência acerca dos perigos inerentes à racionalidade instrumental, tentará remediá-la. Em outros termos, a filosofia de Vico alertava a respeito das exigências históricas, que começavam a lhe ser impostas, de uma razão humanista para o progresso da sociedade e, a filosofia de Horkheimer, duas décadas depois, insistiu na exigência de uma tal racionalidade para retirar a humanidade de uma situação decadente.

A maior convergência entre os dois filósofos é justamente o enfrentamento do pensamento vigente em nome das tarefas históricas que lhes estavam sendo impostas por suas realidades. Vico acreditava que a sua "Nova Arte Crítica" possibilitaria a verdadeira emancipação humana e Horkheimer, principalmente nas primeiras décadas de seu pensamento, acreditava que sua "Teoria Crítica" pudesse desvelar as contradições da realidade social e, assim, ser um instrumento fundamental para uma práxis revolucionária. É, portanto, no direcionamento de suas filosofias rumo às tarefas históricas que lhes estavam sendo impostas que Vico e Horkheimer convergiram, em alguns pontos, suas filosofias.

Ao adotarem esta postura comum, Vico e Horkheimer

acabaram por adotar ainda outros caminhos convergentes. Como aludimos anteriormente, por mais distantes que fossem seus contextos históricos, as tarefas mais importantes que estavam sendo postas se relacionavam aos legados do racionalismo cartesiano que, se no caso de Vico, rebaixava as dimensões humanas a um segundo plano, no caso de Horkheimer, havia colocado a humanidade na barbárie. Para ambos, “Descartes é o grande impostor, cuja ênfase no conhecimento do mundo exterior como paradigma de todo o conhecimento, tem colocado a filosofia em um caminho falso” (Berlin:38). Segundo suas filosofias, o pensamento deve auxiliar o gênero humano, ser o instrumento para clarear seu agir histórico e social e empreender seu contínuo progresso e não ser reduzido, como vinha acontecendo, aos desejos capitalistas de dominação da natureza e do próprio homem. Por isso, a negação dos pressupostos naturalistas do racionalismo estava vinculada à própria resolução dos problemas existentes; ele era o mal que deveria ser combatido para o nascimento de uma humanidade realmente esclarecida, emancipada e livre.

Nestes termos, Vico e Horkheimer combateram a abstração em nome da objetividade, o geral em nome do casos particulares e, principalmente, um saber naturalista a favor de uma filosofia humanista. Em outras palavras, eles negaram especulações vãs sobre a natureza, para voltarem suas filosofias para a realidade histórica e as suas tarefas. Logo, se algo pode ser realmente afirmado sobre Vico e Horkheimer é que eles se apoiaram de igual forma na convicção humanista de que

“[o] Homem não chega a realizar-se mais do que quando se enfrenta com as tarefas da respectiva situação histórica. A teoria não pode prescindir a prática. Qualquer solução dada às suas tarefas modifica o homem e seus contornos, dando lugar a novas perguntas e respostas. Se uma determinada forma de cultura, de sociedade, de ciência, alcança um ponto em que os métodos aplicados e as metas estabelecidas se convertem em fins por si mesmos, esta forma não estará mais em condições de cumprir suas tarefas históricas e tem que sucumbir.” (Grassi:20)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO e HORKHEIMER. *Sociológica* [1962]. Tradução espanhola de Víctor Sanches de Zavala. Madrid: Taurus, 1986.

BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder* [1976]. Tradução portuguesa de Juan Antônio Gili Sobrinho. Brasília: UNB, 1982.

GRASSI, Ernesto. *Humanismo y Marxismo*. Tradução espanhola de Manuel Albella Martín. Madrid: Gredos, 1977.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão* [1947]. Tradução brasileira de Sebastião Uchoa Leite. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

_____. *Origens da Filosofia Burguesa da História* [1930]. Lisboa: Edição Presença, 1984.

_____. *Teoria Crítica I* [1968]. Tradução brasileira de Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990.

JAY, Martin. *La imaginación dialéctica*. História de la escuela de Frankfurt el Instituto de Investigacion Social (1923-1950). Madrid: Taurus, 1974.

VICO, Giambattista. *Principi di Scienza Nuova* [1744]. Milão: Riccardo Ricciardi, 1992.

_____. *Dell' antiquissima sapienza italica* [1710]. Tradução do latim para o italiano de Fausto Nicolini. Milão/Nápoles: Riccardo Ricciardi, 1953.